

JE

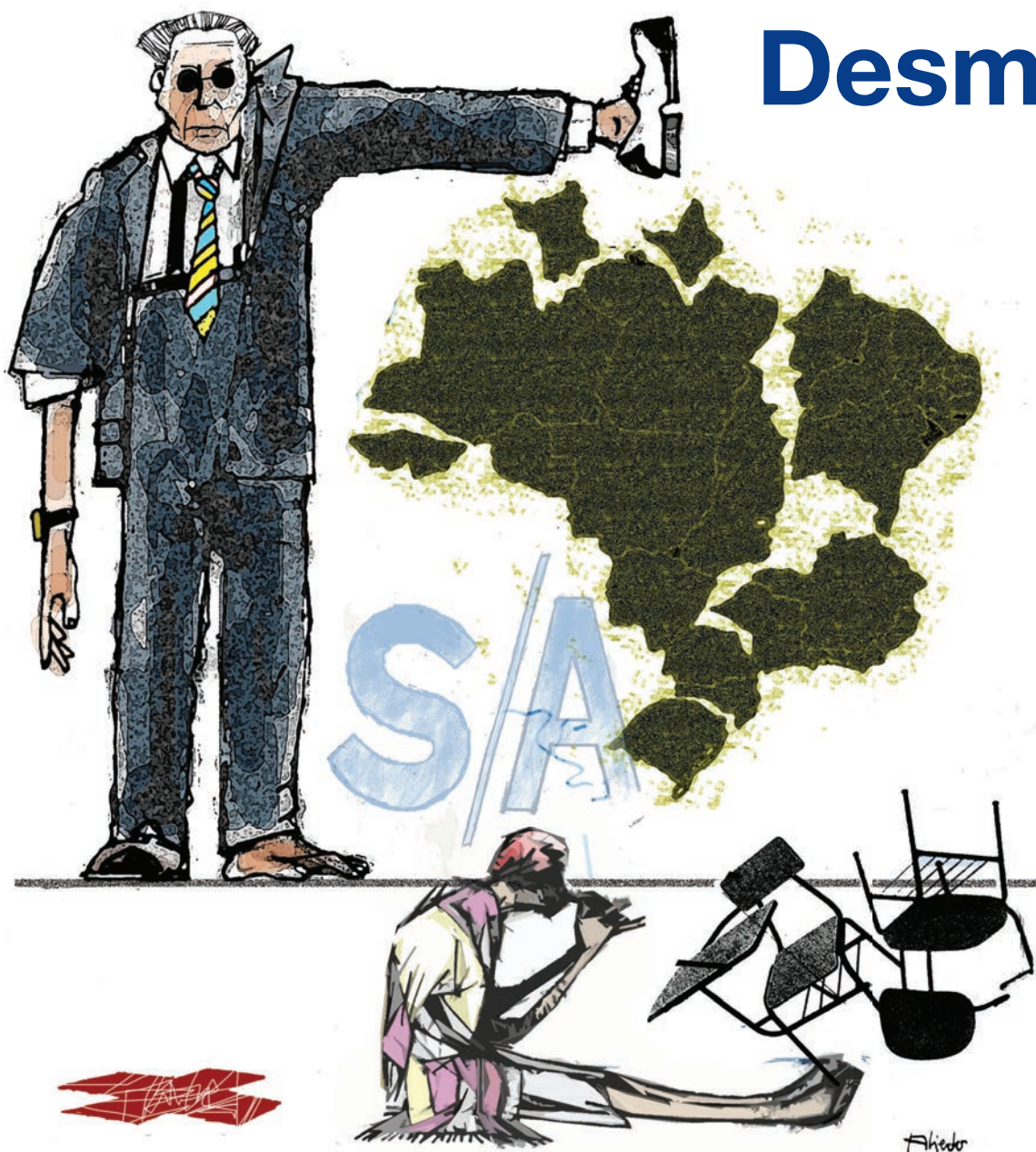
Jornal dos Economistas

Nº 331 Março de 2017

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Desmonte do Estado

José Rubens Damas
Garlipp, Regina
Camargos, Paulo
Metri e Rubens
R. Sawaya debatem
o processo de desmonte
do Estado brasileiro



Resumo da monografia
de Carla Gomes
Costa de Souza

Grupo interdisciplinar
analisa artigos
de Míriam Leitão

FPO descreve o
Orçamento Criança e
Adolescente (OCA)

Desmonte do Estado

A edição de março discute o atual processo de desmonte do Estado brasileiro. Os autores convidados analisam o fenômeno de forma geral e os casos específicos da Petrobras e bancos federais.

O bloco temático abre com artigo de José Rubens Damas Garlipp, da Universidade Federal de Uberlândia, que defende que as ações e propostas do atual governo sugerem um voraz desmantelamento do ainda tímido Estado Social brasileiro.

Regina Camargos, do Dieese, afirma que a natureza da reestruturação em curso nos bancos federais é semelhante à ocorrida nos anos 90, que tantos danos causou aos seus empregados e à sociedade.

Paulo Metri, do Clube de Engenharia, critica o fim da exclusividade da Petrobras como operadora do pré-sal e atos da administração Pedro Parente, como a intenção de chamar só empresas estrangeiras para o término do Comperj, a transferência de parcelas de campos do pré-sal para Statoil e Total e a oposição à exigência de conteúdo local.

Rubens R. Sawaya, da PUC-SP, aponta que o que está em questão não é o desmonte do Estado, mas, sim, sua reestruturação para funcionar com outro padrão ideológico, que garanta formas específicas de apropriação sobre a riqueza social por determinados grupos no poder.

Fora do bloco temático, publicamos o resumo do trabalho de conclusão de curso de Carla Gomes Costa de Souza, terceiro colocado no 26º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. A autora conclui que o investimento direto estrangeiro em software no Brasil parece não estar contribuindo para a transferência de tecnologia.

O artigo do grupo interdisciplinar Economia e Comunicação, formado para estudar se as colunas especializadas nos meios de comunicação interpretam e explicam os fenômenos econômicos relevantes, analisa textos da jornalista Míriam Leitão publicados em O Globo.

O artigo do FPO descreve o Orçamento Criança e Adolescente (OCA) na cidade do Rio e os resultados de uma pesquisa com os Conselhos Tutelares (CTs) e lista pontos da carta compromisso com as ações mais urgentes para promoção dos direitos de crianças e adolescentes cariocas.

Sumário

Desmonte do Estado.....	3
<i>José Rubens Damas Garlipp</i>	
Leviatã dobra-se a Moloch	
Desmonte do Estado.....	5
<i>Regina Camargos</i>	
A reestruturação dos bancos federais: motivos e impactos	
Desmonte do Estado.....	6
<i>Paulo Metri</i>	
Resgate da Petrobras e do pré-sal para a sociedade	
Desmonte do Estado.....	8
<i>Rubens R. Sawaya</i>	
Desmonte do Estado ou outro Estado?	
Monografia	10
<i>Carla Gomes Costa de Souza</i>	
Investimento direto estrangeiro em software: oportunidades e desafios para a capacitação tecnológica brasileira	
Economia e Comunicação	12
A (des)informação da mídia na economia	
Fórum Popular do Orçamento	14
Lugar de criança é no Orçamento	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitiz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

Leviatã dobra-se a Moloch

José Rubens Damas Garlipp*

A atual e multifacetada crise brasileira (política, econômica e institucional) é, a um só tempo, grave e reveladora. Não apenas devido a problemas e desafios conjunturais, mas a questões histórico-estruturais que, condensadas nesta conjuntura, acabam por se manifestar. A recessão econômica e seus perversos desdobramentos, a deslegitimação do mundo da política e a politização do Judiciário são, talvez, expressões claras da crise.

Os cegos de ocasião, que enxergam a crise como meramente conjuntural ou a tomam como fruto tão somente do governo anterior, a ponto de patrocinarem o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, buscam sustentar seus argumentos, suas ações e propostas em torno (a) da promessa de retomada da atividade econômica, via aprofundamento das políticas de austeridade; (b) da enaltecida estabilidade das instituições do mundo da política, negando o estresse entre as esferas de poder; e (c) do pretenso respeito ao que reza a Constituição Federal de 1988 (CF), desconsiderando que os anseios democráticos e as garantias nela abrigados – e apenas parcialmente efetivados – vão além da sua dimensão formal.

Na esteira de uma catarse social, condensada no *impeachment* da Presidente, o governo Temer, ilegítima e açodadamente, se empenha em promover políticas de aprofundamento da austeridade econômica, apresentadas como antídoto para a superação da crise e retomada do crescimento econômico.

Dentre as políticas de austeridade, encontra-se a ampliação da desvinculação de recursos constitucionais assegurados ao gasto social. Quando da sua criação, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) permitiu que parte substancial da arrecadação do Orçamento da Seguridade Social se tornasse fonte de financiamento de outros propósitos fiscais, ao autorizar o governo a utilizar livremente 20% dos recursos arrecadados. Mecanismo fiscal mais importante de alimentação do processo de financeirização do orçamento público, a DRU foi majorada em 2016 pelo Congresso Nacional, em plena recessão, de 20% para 30%.

Visando a instituição de um “Novo Regime Fiscal”, o governo teve aprovada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional 95/2016, que estabelece, para os próximos vinte anos, um teto dos gastos públicos primários (todas as despesas, exceto as financeiras), vinculando-o à inflação, com o propósito de reduzir os gastos de cerca de 20% para 12% do PIB entre 2017 e 2036. Com isso, se impede que as despesas e os investimentos sociais acompanhem o crescimento da população brasileira e suas demandas por serviços públicos previstos na CF (saúde, educação, saneamento, moradia, mobilidade urbana, assistência social etc.), mas não se estabelece teto para o pagamento de juros aos bancos e aos rentistas.

É nesse contexto de aprofundamento das políticas de austeridade que as propostas de Reformas da Previdência, Trabalhista

e Tributária se articulam ao “Novo Regime Fiscal”.

A Reforma da Previdência não se propõe a provisionar o sistema de recursos mediante taxação de setores historicamente desonerados e a cumprir o objetivo de universalização, o que requer incorporar ao sistema cerca de 1/3 da força de trabalho ainda alijada. Sob o pretexto de se ajustar às tendências demográficas, a Reforma contém premissas equivocadas e é manifestamente excludente, na medida em que impõe restrições de direitos básicos.¹

A Reforma Trabalhista proposta pelo Executivo e os esforços do Legislativo e do Judiciário apontam para o aprofundamento da terceirização do trabalho, ao incluir as atividades-fim e propor a prevalência de negociações sobre o disposto na CLT. A redução de custos parece prevalecer sobre a necessidade de incorporar a parcela precarizada da força de trabalho, que hoje representa praticamente 1/3 dos 39 milhões de empregos formais (DIEESE). Os salários desses subcontratados são quase 25% menores, com metade do período de permanência no emprego e jornadas mais longas.

Da Reforma Tributária não se deve esperar mudanças substantivas, e sim a preservação ou mesmo aprofundamento da sua natureza injusta e desigual, posto que não há interesse em corrigir o seu caráter regressivo e concentrador de renda.

Além das reformas propostas, outras medidas indicam o firme propósito de seduzir o capital estrangeiro. É o caso da aprovação,



em janeiro passado, por Decreto Presidencial, da ampliação da lista de setores nos quais as empresas estrangeiras podem tomar crédito em banco público (têxtil, farmacêutico, comércio e escolas, com destaque para saneamento básico, comunicações e petróleo); bem como a proposta de diminuir as restrições para a compra de terras por parte de estrangeiros no território nacional.

Tomadas em conjunto, as ações e propostas do atual governo mais que sugerem, posto que já em marcha acelerada, um voraz desmantelamento do ainda tímido Estado Social brasileiro.

Não é o caso, apenas – o que já seria muito – de um ‘retorno ao mercado’ nas políticas econômicas e sociais. Esse tipo de política sempre se apoiou na ideia de que, para as políticas funcionarem bem, é necessário diminuir o gasto público (inclusive enquadrando seu crescimento em regras constitucionais), transferir empresas e responsabilidades públicas para o setor privado e restringir a proteção social.

Em *O Fim do Laissez-Faire*, Jo-

hn Maynard Keynes assinala que a principal tarefa está em distinguir a agenda do Estado da não agenda. Por certo, a pauta em questão varia conforme a orientação política de quem a estabelece. Submetida a uma dimensão meramente econômica, no entanto, a ação pública passa a discriminar não apenas as agendas e as não agendas, mas a própria maneira com que são realizadas.

Isso é o que, a nosso juízo, delinea a natureza do Estado Gerencial (em lugar do Estado Social) de que nos falam Pierre Dardot e Christian Laval em *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Um Estado cuja agenda deixa de ser orientada pelos princípios do direito público para se adequar a uma gestão regida pelo direito comum da concorrência.

É justamente por meio da crescente desoneração das suas responsabilidades que o Estado incentiva a criação de instituições que não são Estado, fomenta as privatizações e concessões de serviços públicos e abre mão de setores e ativos nacionais estratégicos. Dessa maneira, são despolitizados os assuntos públicos e é declarada a guerra ao Estado Social, cuja pretensa liquidação não deve ser, enganosamente, tomada como o recuo ou o ocaso do Estado. Trata-se de uma redistribuição, entre a lógica capitalista e a gestão estatal, de instituições e funcionamentos que se interponham entre as duas.

Aqui a sua tradução: o poder social da riqueza não tolera mais entraves a seu crescimento ilimitado e seus móveis estão cada dia mais estreitamente articulados aos da ação estatal desonerada de suas responsabilidades para com a sociedade.



A construção de uma nação mais justa e solidária pareceu mais próxima com a promulgação da CF de 1988, ao incorporar em seu texto as garantias fundamentais aos cidadãos, e ao apontar para políticas de inclusão e de justiça social – sob responsabilidade do Estado.

Ocorre, no entanto, que a ofensiva conservadora, manifesta desde a sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte, não abandona seu firme propósito de procrastinar a efetivação dos direitos. É recorrente o intercurso de entraves aos dispositivos dependentes de regulamentação da legislação complementar; ou mesmo as investidas que buscam perverter os propósitos contidos na Carta Magna. São interpostos vários obstáculos para a sua concretização, como bem revelam, até aqui, os expedientes

protelatórios em relação a toda e qualquer mudança que busque consagrar as garantias fundamentais. Ou para interditar de vez, como agora, via “Novo Regime Fiscal” e propostas de reformas, o caminho em direção ao modelo de sociedade pactuado em 1988.

Nessa quadra, é preciso reconhecer nestas ações a mais profunda compulsão dos governos oligárquicos, conforme aponta Jacques Rancière em *O ódio à democracia*: a de se livrar do povo e da política. Apresentando-se como simples gestores dos impactos locais da necessidade histórica mundial, se empenham em rechaçar o suplemento democrático.

O mais perverso dos resultados, é preciso insistir, está na interdição à democracia, mesmo quando é o caso, como o brasileiro, de

uma democracia formal ainda a nutrir a esperança de ser convertida em permanente – e conflitiva, por certo – expansão dos direitos civis e da cidadania plena.

Na exata medida em que ocorre a transformação do Estado Social em Estado da Dívida e se dá a transição para um Estado da Austeridade (cf. Wolfgang Streeck, em *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*), não é de surpreender que as tentativas de reduzir os déficits fiscais apoiem-se quase exclusivamente no corte de despesas, sobretudo na seguridade social, na educação e na infraestrutura, à custa dos direitos e garantias fundamentais.

A dimensão pública capitula diante do poder e da mobilidade da riqueza oligárquica. O Leviatã do Estado Social sucumbe a Moloch, em franca negligência à sua insaciabilidade. Certamente, a reversão do desmantelamento em curso requer um esforço ainda maior de resistência por parte da sociedade brasileira.

* É economista, doutor em Ciências Econômicas pelo IE/Unicamp, professor titular do IE/UFU e secretário-geral da Ange – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas. Foi presidente da Ange (1995-1999) e diretor do IE/UFU (2000-2007). jrgarlipp@ufu.br

1 Ver, a propósito, o documento *Previdência: reformar para excluir?*, elaborado por iniciativa da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com a colaboração de especialistas, disponível em anfip.org.br; dieese.org.br; plataformapoliticasocial.com; *Cofecon posiciona-se sobre a Reforma da Previdência*, do Conselho Federal de Economia, disponível em cofecon.org.br; *Carta aberta contra a Reforma da Previdência*, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras dezenas de entidades representativas de categorias profissionais.

A reestruturação dos bancos federais: motivos e impactos

Regina Camargos*

Desde o ano passado, está em curso nos dois grandes bancos federais – Banco do Brasil e Caixa – um amplo processo de reestruturação que implicará o redimensionamento de sua estrutura de atendimento e de pessoal.

A justificativa apresentada por essas instituições financeiras para se reestruturarem é adequar a rede física e o quadro de pessoal às mudanças no comportamento do consumidor bancário e no relacionamento entre clientes e bancos, decorrentes da “revolução digital” em curso no sistema financeiro do país.

De fato, estão ocorrendo rápidas e intensas mudanças tecnológicas no setor bancário brasileiro. Dados divulgados na Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária mostram que o número de contas correntes que realizam operações por *smartphones* saltou de 2 para 33 milhões entre 2011 e 2015. Essa modalidade de autoatendimento se incorporou à rotina dos clientes bancários, especialmente nas grandes cidades, a despeito dos elevados valores dos aparelhos de telefone celular e planos de internet. Em face disso, seria impossível a um grande banco de varejo realizar suas operações sem incorporar as inovações tecnológicas que surgem e se alteram cada vez mais rapidamente.

Entretanto, há outra razão para explicar a reestruturação em curso nos bancos federais, relacionada à orientação da política econômica do atual governo, baseada, entre outras medidas, na redução do papel do Estado, inclusive de seus bancos.

Banco do Brasil e Caixa – juntamente com o BNDES – foram cruciais para a expressiva expansão

do crédito às famílias e empresas na última década, sendo este um dos motores do crescimento experimentado entre 2004 e 2010.

Em 2009, esses bancos evitaram o agravamento dos reflexos da crise internacional no país, pois mantiveram a oferta de crédito num momento de forte recuo dos bancos privados. Com essa atuação mais ousada, houve forte expansão da base de clientes do Banco do Brasil e da Caixa e para atender à expansão dos seus negócios, esses bancos voltaram a contratar e ampliaram suas estruturas de atendimento.

A reversão da política econômica iniciada logo após a reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff, cujos focos passaram a ser o ajuste fiscal e o combate à inflação, por meio de forte controle da demanda agregada via elevação dos juros e restrição ao crédito, colocou em xeque aquela estratégia de atuação dos bancos federais.

As recentes propostas veiculadas na mídia por membros da atual equipe econômica sobre a possível

extinção do crédito direcionado, de equalização entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a Selic, de aumento da taxa de juros para os mutuários do programa Minha Casa Minha Vida e de concessão das atividades das lotéricas à iniciativa privada, por exemplo, aliadas aos planos de reestruturação anunciados pela Caixa e pelo Banco do Brasil indicam, claramente, a mudança de rumo em relação à atuação dos bancos federais.

Portanto, a necessidade de adoção de novos paradigmas tecnológicos explica em parte os processos de reestruturação implementados pelo Banco do Brasil e pela Caixa. A reestruturação poderia ser feita preservando-se a atuação anticíclica desses bancos, que seria fundamental no atual cenário recessivo. As novas tecnologias, inclusive, poderiam dinamizar essa atuação, pois permitem realizar as operações de crédito de forma muito mais rápida e segura para os bancos e os clientes.

Os processos de reestruturação nos bancos federais terão impactos sobre a clientela e o funcionalismo.

Para o funcionalismo, não há garantias de que a reestruturação não implicará transferências indesejadas de locais de trabalho e de funções. Já em relação aos planos de desligamentos e aposentadoria incentivados, a experiência da década de 90 mostrou que eles se tornaram uma fonte de pressão e sobrecarga de trabalho para aqueles que permaneceram no banco.

Por outro lado, para aqueles que aderirem aos desligamentos incentivados, as atuais perspectivas do mercado de trabalho são pouco promissoras diante da forte recessão econômica e das restrições impostas pela Emenda Constitucional 55, que estabeleceu limites rígidos ao gasto público, portanto, à realização de novos concursos e mesmo à contratação de aprovados em concursos recentes.

Também não está descartada a possibilidade de uma forte contenção salarial findo o prazo da Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários, em 31/08/2018, caso permaneça a atual política de contenção do papel dos bancos públicos, limitando-o aos padrões conservadores dos bancos privados.

Por fim, o encolhimento da rede de atendimento física, os altos custos do atendimento digital, decorrentes dos valores de planos de internet e *smartphones*, a forte restrição ao crédito e as elevadas taxas de juros irão penalizar os clientes de mais baixa renda e elitizar ainda mais o atendimento bancário no país.

Em suma, a natureza da reestruturação em curso nos bancos federais é semelhante à ocorrida nos anos 90, que tantos danos causou aos seus empregados e à sociedade.



* É economista do Dieese na Contraf-CUT

Resgate da Petrobras e do pré-sal para a sociedade



Paulo Metri*

A Petrobras foi criada em 1953 em atendimento à grande mobilização popular ocorrida nos seis anos anteriores, reivindicando que a riqueza do petróleo – se descoberto, pois era desconhecido à época – deveria ser usufruída por brasileiros. Ou seja, visionários foram às ruas, dizendo na verdade que “o petróleo seria nosso”.

Atualmente, existem inúmeras evidências sugerindo que lideranças políticas e a grande mídia abraçam a campanha “O petróleo não precisa ser nosso”, tal o grau de entrega que fazem no setor e, hoje, diferentemente do passado, sabe-se que existe muito petróleo no país. Ele, se bem aproveitado, irá resultar em invejável índice de desenvolvimento humano para a sociedade brasileira. Somando as descobertas recentes declaradas pela Petrobras, porém ainda não certificadas, chega-se a uma cifra entre 30 e 40 bilhões de barris. No entanto, se interesses políticos não a proibirem de concorrer para arrematar novos blocos, ela passará a ter mais de 100 bilhões de barris.

Mas a mídia e políticos conservadores transmitem que o melhor para o país é ter a exploração e produção de petróleo concentradas em empresas privadas, reguladas por uma agência que imponha os interesses do Estado, em vez de em uma estatal, pois mais investimentos estarão disponíveis e uma melhor eficiência será obtida. Começa que o setor privado não é necessariamente mais eficiente que o setor estatal. Além disso, só se pensa em eficiência financeira e não em efici-

ência social, que é mais importante e uma estatal atende melhor.

A escolha dos investimentos no setor deve considerar os impactos sociais a serem obtidos, como acarretar o máximo de compras locais, empregar o máximo de brasileiros, desenvolver o máximo de tecnologia no país. Neste sentido, a retirada da Petrobras da condição de operadora única do pré-sal foi uma decisão contrária aos interesses da sociedade brasileira. Argumentou-se à época que havia pressa para a exploração do pré-sal, quando os investimentos lá aplicados devem seguir a velocidade que traz o máximo usufruto social.

A atuação planejada da Petrobras no pré-sal pode induzir um novo ciclo de desenvolvimento para o país. Por outro lado, muitas agências reguladoras estão “capturadas” pelos entes a serem regulados. Então, aqueles que desejam ver uma sociedade mais justa no Brasil devem buscar outro modelo sem agência para o setor do petróleo, lembrando que o país precisa ser soberano para poder garantir impactos sociais relevantes, e sabendo que a Doutrina Monroe, com suas atuações, nunca foi abandonada.

Uma discussão escondida da população é em quais atividades o Estado satisfaz melhor os interesses da sociedade. Além das típicas do Estado, devem ficar com ele também os empreendimentos de infraestrutura com grande prazo de maturação e baixa rentabilidade, atividades que requerem alto grau de segurança, as que resultam no aumento da soberania nacional e as que geram lucros estratosféricos. O setor de

petróleo se enquadra em mais de uma destas categorias. No entanto, a cartilha neoliberal se prende a um único objetivo, a maximização do lucro, supostamente atingido pelas petrolíferas privadas e do qual, aliás, a sociedade pouco usufrui.

Hoje, infelizmente, a nossa sociedade, acreditando nas informações distorcidas pela mídia, pensa que a Petrobras deve muito acima da sua capacidade de pagamento. Assim, a tese que a Petrobras precisa vender ativos para pagar sua dívida é aceita pela população. Contudo, ela não é verdadeira, como pode ser observado em *A construção da ignorância sobre a Petrobras*, de Felipe Coutinho, presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras (AEPET).

É importante conhecer as atuações passadas, em outros países, das petrolíferas estrangeiras, pois pela intenção de Temer e Parente, elas atuarão em novos empreendimentos no Brasil. Encontra-se na literatura que barreiras éticas não foram respeitadas por estas empresas nas ações para atingir seus objetivos. Foram protagonistas de tomadas de poder, financiamentos de guerras, assassinatos, corrupções e outras tramas. Mesmo sabendo que as posições no mundo mudam, será difícil confiar nas medições delas da produção de petróleo, das quais dependem os valores dos tributos. Como confiar nos gastos declarados em segurança das operações e em proteção ao meio ambiente? Uma estatal, não visando exacerbadamente o lucro, tende a não fazer estes absurdos.

A atual atuação das petrolíferas estrangeiras é escamoteada, pois

inclui a compra de políticos para a aprovação de uma legislação que dissimula a maximização do lucro, e a divulgação, através da mídia cooptada, de inverdades ou a não divulgação de assunto relevante. Assim, conclui-se que as petrolíferas estrangeiras, diferentemente da estatal, não objetivam grande contribuição social.

Ocorre no Brasil, hoje, uma investida das petrolíferas e outras empresas estrangeiras ao patrimônio da Petrobras. Existe também a investida dos “espertos” acionistas da Petrobras no exterior. Eles aproveitaram o momento vulnerável da empresa, a falta de apoio do governo e a colaboração inexplicável de nossas autoridades para apresentar reivindicações possivelmente injustas. Parente aplicou o *impairment* de necessidade duvidosa para cálculo do valor de vários patrimônios da empresa, acarretando preços vis. Parente buscou acabar com a empresa integrada que possui todas as áreas que maximizam o retorno da produção de petróleo, aquelas com alta agregação de valor.

No entanto, a Petrobras reage a estes descabros aumentando a produção do pré-sal, o que compensa a diminuição da produção da bacia de Campos e diminuindo a necessidade de importação de petróleo. Tudo isto dificulta a tentativa de Parente de providenciar uma privatização maior.

Ele buscou definir como objetivo da Petrobras a descoberta e produção de petróleo, o que ela faz muito bem. No entanto, vender petróleo *in natura*, com pouco valor agregado, para petrolíferas estrangeiras, que são integradas, significa transferir lucro para os competidores. Temer e Parente fazem hoje um desrespeito para com todas as gerações de administradores e funcionários da empresa, pre-

sidentes e ministros da República, e políticos diversos que, durante 63 anos, sustentaram o desenvolvimento desta empresa e a tornaram um orgulho nacional. Ou seja, ela é a prova que os brasileiros não são atavicamente subdesenvolvidos. É por esta razão que se conclui que eles estão tentando destruir não a empresa, mas o orgulho nacional.

Para o término das obras da Comperj e outros empreendimentos, Parente pretendeu chamar só empresas estrangeiras. Ele buscou transferir uma parcela do campo de Carcará para a Statoil e outros campos para a Total, todos a preços vis. A Noruega e a França aceitaram de bom grado o neocolonialismo. Ele se opôs à exigência de conteúdo local, junto com as petrolíferas estrangeiras. Ele tentou vender a Liquigás, distribuidora de GLP, e uma participação na BR Distribuidora, com a possibilidade de compartilhamento do controle da companhia. Ele buscou transferir a propriedade de 90% da Nova Transportadora do Sudeste, responsável pelo transporte de gás natural nesta região, para a empresa Brookfield Incorporações S/A. Ele foi a favor das parcerias, em que a Petrobras nada ganha, só perde.

Assim, todas as empresas que firmaram contratos leoninos com o Estado brasileiro são participantes de um crime. Parente está atropelando a lei na sua ânsia pelo desmonte. É bom que ele aja assim, porque está criando um passivo judicial que pode resultar na revisão das decisões. Inclusive, descrevi, neste texto, as suas atitudes como sendo pretensões, porque para mim tudo feito é passível de ser revertido na Justiça.

O engenheiro Ricardo Maranhão, conselheiro da Aepet, apresentou ao TCU uma lista de irregularidades e ilegalidades no plano de desinvestimentos da Pe-

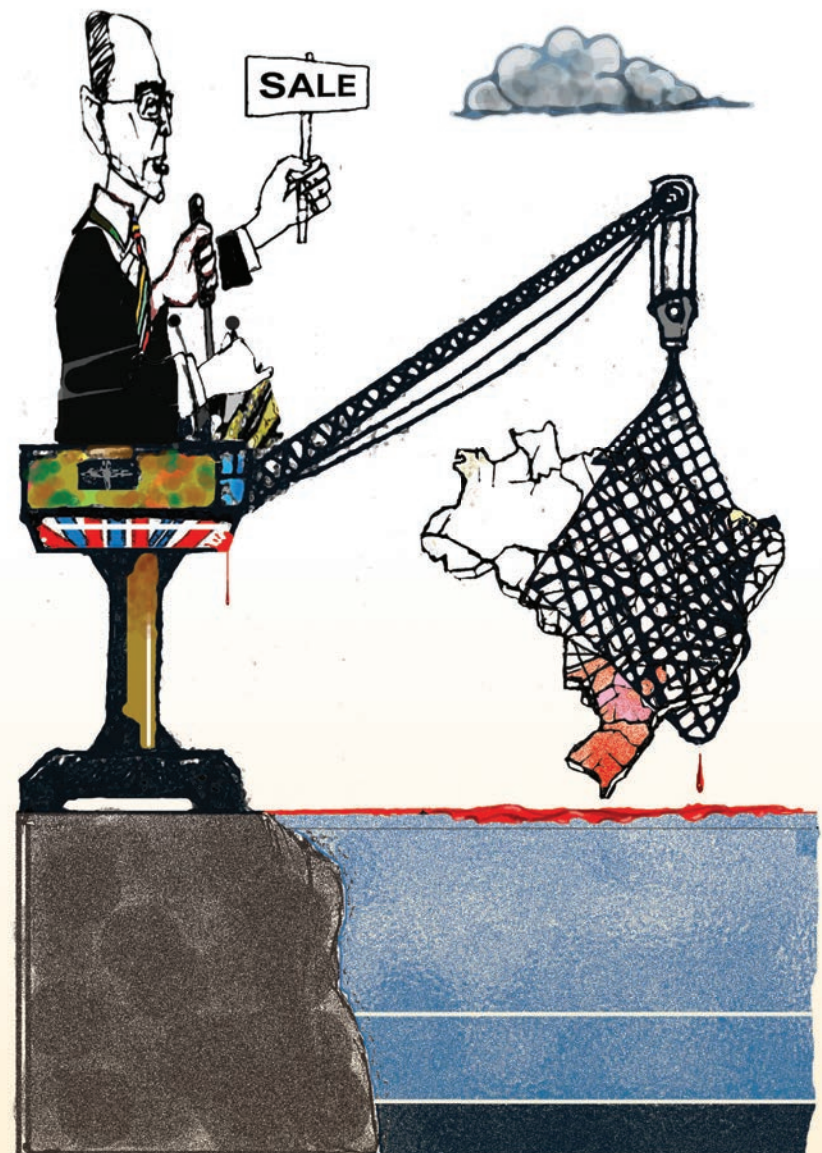
trobras. Desta forma, não existe um “ato jurídico perfeito”, não só pelo atropelamento da lei, como também pela fragilidade política do presidente atual. Fernando Henrique, que também representou o pensamento neoliberal no poder, não ousou fazer o que Temer, através de Parente, tenta fazer. Inclusive, depois de 2018, um novo governante virá e ele pode querer desfazer o que foi feito, quando ocorrerão embates jurídicos.

Por tudo isto é louvável que muitos sindicatos e federações de petroleiros tenham entrado na Justiça contra a selvageria desmedida que

Parente busca impor à Petrobras e ao petróleo brasileiro. São alvissareiras as notícias dos deferimentos dos juízes às ações impostas. Entidades da sociedade civil, como Clube de Engenharia, OAB, CNBB e outras deveriam também entrar com ações na Justiça, pois o teatro de guerra é imenso e há espaço para todos.

E se o preço do barril de petróleo subir substancialmente e a destruição de Parente for permanente, quão prejudicada será a sociedade brasileira?

* É conselheiro do Clube de Engenharia do Crea-RJ.



Desmonte do Estado ou outro Estado?

Rubens R. Sawaya*

A partir da Constituição de 1988, no momento de redemocratização do país, estabeleceu-se a estrutura das políticas sociais que estão sendo hoje destruídas. Também foram desmontadas as bases do crescimento econômico observado até 2010, resultado do Plano de Ação para o Crescimento (PAC); das políticas sociais; da elevação dos salários, que se refletiu no crescimento da renda média em termos reais; e do papel dos bancos públicos no fornecimento de crédito abundante e barato, desviando-se das taxas de juros escorchantes do sistema privado. O boom das commodities, apesar de ser visto como um elemento-chave para o crescimento econômico nesses anos, prejudicou a estrutura produtiva ao contribuir para a valorização da taxa de câmbio, o que transferiu o crescimento da demanda para as importações, jogando o efeito multiplicador do crescimento para fora do país. Apesar do efeito negativo sobre a indústria, o câmbio valorizado manteve a inflação baixa ao diminuir os custos dos empresários. O crescimento econômico, ao elevar as receitas fiscais, resultou em queda no estoque de dívida pública em relação ao PIB, apesar dos elevados juros ao longo de todo o período. Esse ciclo virtuoso de crescimento foi resultado de determinado arranjo institucional do Estado, que implicou um tipo específico de ação.

A política atual de “desmonte” deste Estado na verdade não significa o fim do Estado, ou “menos Estado e mais mercado”. O que se desmonta não é o Estado, mas de-



terminada estratégia materializada em determinadas políticas sociais e desenvolvimento. A ação do Estado é resultado de decisões políticas fundadas em relações de poder que compõem a ideologia no interior do próprio Estado. O que se desmonta hoje é um tipo de Estado.

O Estado capitalista histórico não é o Estado mínimo que polui a imaginação liberal. Tampouco é o tipo de Estado neoliberal¹ que não se caracterizaria por um “Estado mínimo”. Tem como papel central histórico organizar o sistema para garantir seu funcionamento de forma virtuosa, o crescimento econômico, com o mínimo de distribuição de renda necessária para a sua própria reprodução enquanto capitalismo. Garante uma forma específica de extração e acumulação de riqueza, o que nunca foi resultado da anarquia do mercado.

A distribuição de renda e a garantia de recursos para a própria acumulação não ocorrem de forma harmônica, principalmente quando a estrutura do sistema é extremamente centralizada, dominada, de um lado, por grandes

corporações transnacionais que disputam lucros entre si em detrimento dos salários e, de outro, por poucos grandes bancos privados que abocanham seus quinhões via juros e como proprietários de direitos sobre a riqueza no tempo (ativos financeiros privados e dívida pública). Esses são os verdadeiros agentes que possuem poder sobre a riqueza social criada.

O Estado capitalista é uma criação social, resultado das forças sociais em disputa, grupos com poder político que estruturam o sistema. Condensa em seu interior as disputas entre esses grupos segundo o grau de poder que possuem. Essas forças definem em seu interior as estratégias, as políticas econômicas e sociais com base na ideologia dominante; definem, por meio de leis, os direitos de propriedade sobre a riqueza. Este conflito permanente constitui o próprio Estado, seus aparelhos, suas instituições, seus braços burocráticos, que transformam determinada ideologia em ações políticas concretas. Modificá-las significa tomar o Estado e controlar seus aparelhos.

A partir dessa disputa, são definidas no interior do Estado as regras que regem a relação entre empregadores e empregados. Ao determinar as taxas de juros e regular o mercado financeiro, garante-se determinada distribuição dos direitos sobre a riqueza (ativos financeiros, sendo a dívida pública central) em favor de bancos e rentistas. Define-se assim a própria dinâmica do fluxo econômico real, do crescimento econômico ou não, de como será repartida a riqueza socialmente criada.

Neste sentido, o que está em

questão não é o desmonte do Estado como instituição fundante necessária ao funcionamento do próprio sistema. As grandes empresas nacionais e transnacionais, os bancos, todos com seus interesses específicos dependem desta instituição – utilizam-na para a definição de regras – para apropriarem-se da riqueza social produzida. O objetivo agora, portanto, não é seu desmonte, mas tomar o Estado para estruturá-lo a fim de garantir a apropriação da riqueza por determinados grupos no poder. Por isso hoje se coloca em xeque as políticas sociais com a PEC do



congelamento dos gastos por vinte anos e a reforma da previdência, com o objetivo de transferir recursos “escassos” para outros fins. Defendem a mudanças nos bancos públicos, do BNDES (questionada por empresários² que apoiaram o golpe). O objetivo não é acabar com o BNDES, mas impedi-lo de financiar “líderes nacionais” para carrear recurso para o grande capital transnacional. O objetivo também não é destruir a Petrobras, mas privatizá-la por partes e entregar o potencial desenvolvimento que cria, o efeito multiplicador, a geração de empregos que a sua cadeia de valor coordena, nas mãos do capital transnacional³. O “desmonte” do Estado não é o objetivo, mas sua reestruturação para funcionar com outro padrão ideológico, que garanta formas específicas de apropriação sobre a riqueza

social. Precisam de se apropriar dos aparelhos de Estado para tal, destruindo um tipo de Estado.

A estratégia seguiu o rito tradicional (não intencional?). De um processo de desaceleração da economia (causado principalmente pela queda dos preços das commodities), em 2014/15 criou-se, por meio de políticas de austeridade desmedidas, uma enorme crise que se refletiu na queda nas receitas fiscais, que elevou o déficit público⁴ sem aumento relativo de despesas. A crise provocada serviu para o alarde de que as políticas anteriores “não cabiam no orçamento”, mote usado para justificar o desmonte daquele Estado que havia produzido, com seus problemas, o crescimento econômico. Criaram o monstro para justificar seu assassinato.

Parece que todas as vezes que aqueles que detêm o poder de co-

mando sobre a riqueza social são ameaçados, eles rompem com o acordo social de aparência democrática que constituía a estrutura de poder. Nessa lógica, a democracia só é aceita quando não coloca em xeque o controle sobre a riqueza exercido dentro do Estado por blocos no poder. Quando os interesses desses grupos (bancos, grandes corporações) são colocados em xeque, o frágil pacto é rompido, como foi em 2016.

Mas o resultado é mais sério diante das contradições que o controle desmesurado de determinados grupos sociais sobre os aparelhos de Estado lança sobre o próprio processo de criação da riqueza social. A crise real é seu reflexo. O capitalismo não funciona bem com elevada concentração de renda, com ganhos estratosféricos na esfera financeira, oriundos primordialmente em direitos sobre a riqueza contra o Estado (dívida pública), quando não há criação de riqueza real que valide os ativos financeiros privados. As históricas tentativas de apropriação privada sobre o Estado parecem terminar

em crise, endividamento público, elevação da pobreza e caos social. Nenhum capitalismo resiste a essa lógica. Keynes propunha administrá-la; Marx dizia que levaria o sistema à bancarrota. Como retomar o Estado para os interesses sociais?

* É professor do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP, ex-presidente da Associação Nacional dos Cursos de Ciências Econômicas – Ange e ex-vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP. Autor do livro *Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil*.

1 A diferença entre liberalismo e neoliberalismo está em Dardot & Laval, cap.1, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo: São Paulo, 2016.

2 Veja Benjamin Steinbruch, *É a hora de repensar a receita neoliberal que propõe a abertura irrestrita do país*. Folha de São Paulo, 07/02/2017. Veja também Paulo Skaf, *O ranço ideológico e a indústria brasileira*. Folha de São Paulo, 06/02/2017.

3 Veja Parente, *O ranço ideológico e a vida real*. Folha de São Paulo, 01/02/2017.

4 Veja detalhes em Sawaya, R. *Descalabro fiscal ou luta pela riqueza*. <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Rubens-Sawaya.pdf>.



O JE dá prosseguimento à publicação de resumos dos textos vencedores do 26º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Carla Gomes Costa de Souza, graduada pela UFRRJ, foi o terceiro colocado no concurso.

Investimento direto estrangeiro em software: oportunidades e desafios para a capacitação tecnológica brasileira

Carla Gomes Costa de Souza*

A partir da década de 1960, profundas mudanças de caráter geopolítico, econômico, institucional e, sobretudo, tecnológico impuseram novas características aos fluxos mundiais de IDE.

Tomando a globalização novos rumos, houve um acirramento da competitividade internacional, forçando as empresas multinacionais, doravante EMNs, a enviar um volume cada vez maior de seu capital aos países em desenvolvimento (PED), na busca por vantagens competitivas, tais como acesso a recursos, custos menores e mercado consumidor para seus produtos.

Essa nova onda de IDE, diferentemente da ocorrida no pós-guerra, que se enquadrava no paradigma tecnoeconômico fordista, além de mais intensa, caracterizava-se por formar redes globais de produção. Configuração esta que tem despertado nos PED o questionamento acerca da possibilidade de a recepção de IDE contribuir para a capacitação tecnológica desses países.

Na visão de organizações multilaterais como a UNCTAD, OCDE, Banco Mundial e afins, as EMNs, além de peças importantes no jogo da reorganização produtiva internacional, funcionam como agentes de peso na difusão do conhecimento, partindo da percepção de que o conhecimento pode ser difundido e apropriado sem grandes dificuldades.

Nesse contexto, o software – um serviço intensivo em mão de obra – apresenta-se enquanto um setor estratégico para o surgimento desses transbordamentos. Apesar de seu perfil concentrado, é capaz de abrigar tarefas com diferentes níveis de complexidade, possibilitando a convivência de países mais e menos desenvolvidos em uma mesma cadeia produtiva. Ademais, percebe-se que, do mesmo modo que a fragmentação dos processos produtivos se vê impulsionada pelos avanços na microeletrônica e informática, igualmente os serviços de software acompanham essa segmentação. Desse modo, a crescente divisão das atividades as torna cada vez mais interligadas. E a dificuldade de determinação de começo e fim acaba por engendrar maiores chances de aprendizado e aquisição de capacidades, sendo, portanto, o segmento de desenvolvimento e produção aquele que apresenta as maiores oportunidades para o surgimento de transbordamentos favoráveis aos PED.

Vale ressaltar que se trata de um processo nada trivial, em que o Estado desempenha o papel fundamental de articulador e coordenador das decisões de investimento; afinal, para que a recepção do IDE gere benefícios para o país hospedeiro deve haver, além da convergência entre os interesses das empresas locais e estrangeiras, capacidade de absorção por parte do país receptor.

Dados do Bacen revelam que, de fato, o ingresso de IDE no Brasil em serviços de tecnologia da informação cresceu significativamente no período de 2006 a 2014, saltando de US\$141 milhões para US\$1,2 bilhão. Estão presentes no país empresas consolidadas como Microsoft, SAP e Oracle, por exemplo. Ademais, o Brasil conta com uma indústria de softwares e serviços de software em franca expansão, com empresas em crescimento, algumas, inclusive, com destaque internacional, como é o caso da Stefanini e TOTVS. Além disso, apesar de o segmento de desenvolvimento e produção ser aquele que apresenta a menor participação total no setor, é o que abriga o maior número de empresas.

Nessa linha, em 2011, foi lançada a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI-2012-2015) que define a ciência, a tecnologia e a inovação como eixos de estruturação para o desenvolvimento econômico e social do país. Esta estratégia estabelece, no âmbito do Programa Prioritário da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), a construção de uma estratégia para o setor de software e serviços de TI, o TI Maior. Nesse contexto, registra-se, nos últimos anos, um aumento de iniciativas e esforços tecnológicos no país, cenário este em que instituições como a Finep e o BNDES desempenham um papel ativo no fomento à inovação, através de programas



de subsídio e investimento.

Não obstante, dados da Pintec 2011 revelam que, das empresas investigadas com relação à implementação de inovações no setor de software, a maioria concentrou esforços em atividades de baixa importância ou não realizou (Tabela 1). E nesse caso, destacam-se os valores relativos a atividades inovativas e conhecimentos adquiridos do exterior. A esmagadora maioria concentra-se na faixa de baixa importância ou não realizou esse tipo de implementação. Esses resultados contrastam com os crescentes valores registrados na recepção de IDE no setor.

Ademais, os indicadores de inovação por cooperação com parceiros no exterior indicam que a cooperação em atividade dos serviços de tecnologia da informação dá-se majoritariamente com parceiros nacionais (Tabela 2). E a despeito de se verificar uma expansão signifi-

ficativa na cooperação com parceiros nacionais, de 2006-2008 para 2009-2011 o número de empresas com cooperação com universidades e centros de pesquisa sofreu retração. Queda esta que, por sua vez, pode sinalizar um enfraquecimento da articulação empresa-universidade, relevando frágeis as bases de sustentação para iniciativas e esforços inovativos dos parques tecnológicos.

Nesse sentido, a recepção de IDE parece não estar contribuindo para a transferência de tecnologia, podendo, inclusive, representar uma ameaça. Isto é, na ausência de uma coordenação adequada, o país pode ficar prisioneiro de etapas com baixo valor agregado, minando suas possibilidades de uma capacitação tecnológica.

Orientadora: Rubia Cristina Wegner

* É bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus Seropédica e foi bolsista de iniciação científica pelo Proic/UFRRJ no período de 2013 a 2015.

Tabela 1. Atividades inovadoras, por origem, para o período 2009 a 2011

Atividades da indústria, do setor de eletricidade e gás e dos serviços selecionados	Empresas que implementaram inovações									
	Total	Atividades inovadoras desenvolvidas e grau de importância								
		Atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento			Aquisição externa de Pesquisa e Desenvolvimento			Aquisição de outros conhecimentos externos		
		Alta	Média	Baixa ou não realizou	Alta	Média	Baixa ou não realizou	Alta	Média	Baixa ou não realizou
Total	45 950	5 163	3 020	37 767	2 170	1 062	42 719	3 908	2 953	39 090
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	1 655	591	363	701	64	119	1 472	380	203	1 072
Desenvolvimento de software sob encomenda	351	166	61	124	12	50	290	84	53	215
Desenvolvimento de software customizável	370	86	45	238	9	7	354	165	20	185
Desenvolvimento de software não customizável	227	123	68	37	33	4	191	15	5	207
Outros serviços de tecnologia da informação	706	215	189	302	10	59	637	116	125	466
Fabricação de outros produtos eletrônicos e ópticos	333	192	7	134	106	11	216	112	12	209

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PINTEC (2011), disponível em: http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=43. Acesso em: 30/11/2015

Tabela 2 - Número de empresas que implementaram inovações em serviços de tecnologia da informação com relação de cooperação com outras organizações

2006-2008						
Categoria de parceiro	Brasil			Exterior		
	Mesmo estado	Outros estados	Mercosul	EUA	Europa	Outros
Clientes ou consumidores	53	75	-	1	10	-
Concorrentes	58	31	-	4	-	9
Empresas de consultoria	76	52	-	2	-	-
Fornecedores	21	88	-	14	-	4
Instituições de testes, ensaios e certificações	15	32	-	2	-	-
Outras empresas	11	4	1	6	2	6
Centros de capacitação profissional	45	29	-	2	-	1
Universidades e centros de pesquisa	90	41	-	3	1	-
2009-2011						
Categoria de parceiro	Brasil			Exterior		
	Mesmo estado	Outros estados	Mercosul	EUA	Europa	Outros
Clientes ou consumidores	101	133	2	3	1	-
Concorrentes	6	90	-	4	1	1
Empresas de consultoria	172	91	-	11	1	-
Fornecedores	50	67	-	9	3	1
Instituições de testes, ensaios e certificações	19	21	-	7	-	-
Outras empresas	16	8	4	4	-	-
Centros de capacitação profissional	15	19	-	1	-	-
Universidades e centros de pesquisa	58	25	-	1	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/SIDRA

A (des)informação da mídia na economia

O propósito da mídia não é o de informar o que acontece, mas sim o de moldar a opinião de acordo com a vontade do poder dominante.

Noam Chomsky

Já dizia John Keynes que a economia é um tema difícil e técnico, mas ninguém quer acreditar nisso. As colunas especializadas nos meios de comunicação devem interpretar e explicar os fenômenos econômicos relevantes em nossa sociedade. Será que os colunistas dos principais jornais cumprem tal função? Para responder a essa questão formou-se o grupo interdisciplinar Economia e Comunicação – EconCom.

O tema da pesquisa inaugural é a crise do governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo escolhida a coluna da jornalista Míriam Leitão, d'O Globo, para representar como esse tema é tratado no principal veículo impresso do estado. Delimitamos o período de 6 de maio de 2016, quando foi noticiado o atraso do pagamento dos servidores estaduais, a 18 de junho, dia seguinte à decretação do estado de calamidade. Foram verificadas 36 colunas, submetidas aos critérios de noticiabilidade do paradigma jornalístico, como objetividade, veracidade e relevância, na busca de caracterizar os processos ideológicos presentes e seus objetivos.¹

Jornalismo e ideologia

Há singularidades poderosas numa área complexa como o jornalismo econômico. Assim, enquanto publicações especializadas se dirigem a públicos específicos, com domínio prévio de informação e maior poder decisório, em

periódicos generalistas, o público-alvo é mais heterogêneo. Isso permite aos colunistas circularem não apenas informação, mas também exercerem poder de convencimento e persuasão, bem como puro propagandismo. O papel desempenhado por eles, como confirma sua onipresença em rádios, TVs e internet, é baseado no reconhecimento social derivado do argumento de autoridade – o “especialista em economia” – e mostra como a perda de centralidade do jornalismo impresso não implica redução da influência para outras esferas da vida pública, ganhando relevância no debate de temas complexos.

Diariamente existe um número incontável de ocorrências no mundo, mas apenas uma quantidade reduzida é transformada em acontecimentos. Esse é um problema de seleção e prioridade, que determina que certos temas são considerados noticiáveis, podendo gerar uma mobilização coletiva para serem debatidos e enfrentados; os demais não.

Os Temas Midiaticamente Negligenciados (TMN) não são apenas devido à debilidade e/ou escasso interesse pelo objeto. Há condição mais aguda do que a negligência: a de invisibilidade, escolha que dá pistas importantes sobre as razões dessa interdição, e isso sinaliza um padrão na cobertura jornalística, pelo qual determinados temas, embora relevantes, não se tornam noticiáveis.

A cobertura da crise do Estado do Rio nas colunas de Míriam Leitão

O atraso do pagamento aos servidores estaduais e o anúncio da decretação do estado de calamidade pelo governador fluminense são questões muito próximas mesmo do não iniciado em economia.

Significativamente, Míriam Leitão não dedicou uma única linha, no período observado, a temas tão centrais da conjuntura brasileira. O estranhamento é maior por ser tratar do estado no qual fica o jornal para o qual escreve, e que, no seu noticiário, acompanhou os dois assuntos. A ausência de ambos na coluna sinaliza que a colunista destina aos segmentos atingidos por essas medidas a condição de invisibilidade social ou de socialmente irrelevantes.

No caso do atraso dos salários dos servidores do Rio de Janeiro, ocorre a irrupção de uma surpresa e uma quebra da rotina na forma de cobertura jornalística, mas nem a existência de uma situação excepcional foi capaz de permitir que atores sociais sem acesso permanente aos jornalistas conseguissem que seus interesses aparecessem na coluna. Isso é mais claro pois, em decorrência do atraso, os servidores fazem protestos e paralisações, afetando parcelas amplas da população, situação captada pelo noticiário ordinário. Caso ainda mais gritante é o da decretação do estado de calamidade.

Entretanto, nas 36 colunas analisadas, existem pistas sobre que interesses influenciaram a jornalista no seu tratamento da temática relacionada ao financiamento do Es-

tado e aos gastos públicos não financeiros.

Na coluna de 15 de maio, “A verdade fiscal”, Leitão discorre sobre as causas do déficit fiscal, naquela data estimado em R\$ 160 bilhões para 2016. Nas 754 palavras destinadas ao tema, não existe qualquer menção aos gastos com juros que, apenas no mês anterior, consumiram R\$ 23,345 bilhões do governo central.

Embora equivalente, num único mês, a 14,5% do déficit então projetado para todo o ano, esse item não mobilizou qualquer análise da colunista. Esta se concentrou em alertas sobre outros tipos de gastos, classificados como “bombas armadas prestes a explodir”, como atrasos com organismos internacionais e embaixadas. A colunista cita R\$ 800 milhões pedidos pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra, para pagar débitos atrasados da representação diplomática do Brasil. Claramente, a diferença do tratamento destinado aos gastos com juros em relação a despesas de manutenção da máquina pública não pode ser atribuída a uma questão de escala.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revelou que essa discrepância não é conjuntural. Entre 2000 e 2007, por exemplo, os desembolsos do setor público brasileiro com juros alcançaram R\$ 1,267 trilhão, mais do que o dobro do valor destinado à educação, saúde e investimentos, que somados ficaram em R\$ 554,6 bilhões.

A cobertura tangencia as necessidades básicas da população, como emprego, saúde, educação, segurança, ou o faz a partir do en-

tendimento de que a solução desses problemas seja enquadrada e/ou limitada pelos interesses do próprio mercado financeiro. Para que TMNs adquiram a condição de noticiabilidade, os promotores da notícia têm papel nuclear, mobilizando-se para influenciar a pauta jornalística. A irrupção desses temas no espaço público não é um processo natural nem depende apenas do desejo de protagonismo desses atores.

No entanto, mais eficaz do que defender abertamente os interesses dominantes é apresentá-los como se fossem favoráveis à maioria dos brasileiros. Nessa operação, a colunista recorre a conceitos e expressões que, por trás da roupagem técnica, condensam determinados e bem definidos interesses políticos e de classe. Na gramática das editoriais de economia a definição padrão de superávit primário, por exemplo, é “o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros”. Ao se assumir tal definição, se elide do público a defesa de uma política fis-

cal que impõe pesados superávits primários. Tal conceito seria mais bem definido como “montante de recursos da economia para pagamento de juros da dívida pública”.

A preferência de Leitão pelo primeiro conceito naturaliza as exigências daí decorrentes, como na coluna de 20 de maio “Ajuste total terá de chegar a R\$ 340 bilhões para estabilizar a dívida pública”, que defende um superávit primário de 3% do PIB. A projeção e a estratégia, defendidas por Leitão, desconsideram o peso da alta da taxa Selic sobre o crescimento da dívida pública.

Na coluna seguinte, de 21 de maio, intitulada “O déficit como ele é”, continua a mesma toada. Nesta, Leitão compara “o rombo do governo Dilma com o de Temer”, este estimado em R\$ 170 bilhões para 2016, o equivalente a 2,75% do PIB. A diferença, segundo a colunista, estaria na “eliminação de certos artifícios”. Por esse raciocínio, a explicitação de todos os gastos daria mais transparência. Porém, ao restringir “o rombo” ao conceito primário, a

jornalista reduz o debate público aos interesses do mercado financeiro, cujo foco é assegurar que o setor público terá recursos para continuar a honrar os crescentes gastos pagos pelos juros da dívida, que consumiram, apenas em 2015, R\$ 515 bilhões.

O silêncio sobre o déficit nominal não se deveu à ausência de números: este foi estimado em 8,96% do PIB para 2016 (Valor Econômico, 23/5/2016), condição suficiente para mobilizar a atenção de quem pretende analisar a situação das contas públicas.

A escolha, embora recorra a conceitos técnicos, embute definições claras sobre quem tem direito a transformar uma ocorrência em fato ou ter seus interesses econômicos e políticos acolhidos pela colunista.

Considerações Finais

O acompanhamento da coluna de Míriam Leitão num intervalo marcado por ocorrências emblemáticas – que se mostraram de relevância crescente, não somente

pelo agravamento da crise no próprio Rio de Janeiro, mas também por sua reincidência em outros estados – coloca em xeque alguns dos paradigmas-chave do jornalismo, como veracidade, objetividade e relevância. Ficou clara a existência de Temas Midiaticamente Negligenciados, sobretudo assuntos e abordagens incômodos ao mercado financeiro.

Por outro lado, a defesa de propostas afins, como os cortes de gastos públicos não financeiros e da alta dos juros, é considerada “neutra” e não passível de questionamentos. Já as ideias inadequadas ao “consenso do mercado” são desqualificadas ou ignoradas, em linha com a ideologia do veículo de comunicação pesquisado, fortemente associado aos interesses do “mercado”.

EconCom: Cientista Político Carlos Serrano Ferreira, Economista Luiz Mario Behnken, Historiador Paulo César Ribeiro e Professor da UERJ Sérgio Lopes

¹ A pesquisa completa está disponível em medium.com/@FPO.RJ

Anotação de responsabilidade técnica

Corecon-RJ

Com a regulamentação estabelecida pela resolução nº 1.852, de 28 de maio de 2011, as empresas e os profissionais de economia, devidamente registrados em Conselho Regional de Economia e em situação regular, poderão proceder ao registro de documentos que comprovem o desempenho de suas atividades profissionais, através da anotação de responsabilidade técnica – ART. As ART's comporão o seu acervo técnico profissional junto ao Corecon. A ART não possui validade e não há qualquer custo para sua emissão.

Quando houver necessidade de comprovação das atividades profissionais desempenhadas, o profissional ou empresa solicitará a emissão da certidão de seu acervo técnico (CAT), sendo que para esta emissão será cobrada taxa administrativa definida em resolução do Corecon-RJ. A CAT possuirá validade de seis meses.

A emissão da ART/CAT é de responsabilidade da Secretaria de Fiscalização do Corecon-RJ. Para outras informações sobre valores e documentação necessária, entrar em contato com Vicente (tel. 2103-0146, e-mail vicente@corecon-rj.org.br).

Lugar de criança é no Orçamento

O Fórum Popular do Orçamento (FPO/RJ) e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA/RJ) deram continuidade à permanente avaliação do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) na cidade do Rio de Janeiro e suas políticas públicas. Porém, tal como em 2012, neste ano o objetivo central é de oferecer ao prefeito eleito o resultado da pesquisa com os Conselhos Tutelares (CTs) sobre quais são as ações governamentais mais urgentes a serem efetivadas dentro da concepção do OCA. A presente matéria abordará um resumo do que é o OCA, sua metodologia e execução, além dos resultados desta última pesquisa e da carta compromisso.

Todos os dados referentes aos anos anteriores foram deflacionados pelo IPCA-E de dezembro de 2016. Os dados são do Portal Rio Transparente, das Prestações de Contas do Município, dos Planos Plurianuais, das Leis Orçamentárias Anuais e do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2017.

O que é o OCA?

O Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) consiste no conjunto do levantamento de ações e despesas do orçamento público destinadas à proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente. No Brasil, o orçamento público ainda não permite a identificação direta dos compromissos de políticas públicas assumidos para crianças e adolescentes, tampouco o acompanhamento claro do seu desempenho. No entanto, no município do Rio, já existe a Lei nº 6.054/2016, de

autoria do Vereador Reimont, que determina a elaboração e a publicação do OCA, mas que ainda não será aplicada ao orçamento municipal para 2017. Há também o Projeto de Lei nº 2152/2016 de autoria da Deputada Tia Ju, que propõe o mesmo para o Estado.

O OCA é o resultado da aplicação de uma metodologia desenvolvida pela ONU em parceria com a Fundação Abrinq e o Inesc para demonstrar e analisar o gasto público com crianças e adolescentes. Sua concepção se orienta pelo princípio de que uma sociedade justa, uma economia forte e um mundo sem pobreza só serão possíveis com investimento na criança e no adolescente e com respeito aos seus direitos.

Metodologia do OCA

A metodologia do OCA organiza as informações contidas no orçamento público de forma a esclarecer o que se destina à promoção e ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Para tanto, ela descreve ações relevantes a serem identificadas no orçamento para compor o OCA. Todas as ações deverão ser agrupadas em três áreas prioritárias. São elas:

- a) Saúde: ações de promoção de saúde, de saneamento e de habitação;
- b) Educação: ações de promoção da educação, da cultura, e do lazer e esporte;
- c) Assistência Social e Direitos da Cidadania: ações de promoção de direitos, proteção e assistência social.

Os valores das ações referentes a serviços que atendam exclusivamente a crianças e adolescentes devem

ser integralmente contabilizados, e os valores de ações que atendam ao público em geral devem ter contabilizada uma proporção condizente com a parcela de crianças e adolescentes na população. No Rio de Janeiro, o percentual utilizado para ações não exclusivas foi de 27%, proporção do número de crianças e adolescentes no município, calculada a partir de projeções do IBGE. A área Educação, por exemplo, é toda considerada como exclusiva.

Para elaborar o OCA é preciso compreender como se estrutura o orçamento público no Brasil. Basicamente, ele se organiza em torno de três leis principais que, por estabelecerem entre si importantes relações, constituem um ciclo orçamentário: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). As informações necessárias ao cálculo do OCA devem ser extraídas da LOA e dos relatórios de execução orçamentária, mas as demais leis podem oferecer informações relevantes para a análise.

OCA ao longo do tempo

De 2009 a 2015 as despesas totais do município cresceram, passando de R\$ 15,7 bilhões para R\$ 29,7 bilhões. Por outro lado, as despesas com o OCA passaram de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 6,3 bilhões no mesmo período. Isso significa que, enquanto as despesas com o município tiveram um crescimento de 89,5% no período, as despesas com OCA cresceram apenas 15,4%, não acompanhando a trajetória das despesas do município, o que explica a queda na proporção das despesas com o OCA vis-à-vis as despesas totais do município,

como mostra o gráfico 1.

As despesas totais do município em 2016 foram de R\$ 25,6 bilhões, enquanto as despesas do OCA representaram R\$ 6,4 bilhões. Para 2017, a previsão é que as despesas do município cheguem ao patamar de R\$ 29,5 bilhões, e o OCA, R\$ 8,5 bilhões.

Uma diferença importante a ser notada em relação a cada área nas despesas totais do OCA é o seu peso. Como pode ser observado no gráfico 2, a área da Educação é sempre a que possui o maior peso em relação às despesas com OCA. Isso acontece porque toda a despesa dessa área é considerada exclusiva para crianças e adolescentes. Em seguida, a Saúde é a segunda área com maior peso no OCA, tendo a Assistência Social em terceiro lugar. Tanto na Saúde quanto na Assistência Social, é preciso aplicar a metodologia do OCA para estipular o percentual de despesas destinados à criança e ao adolescente.

A pesquisa de 2016

No dia 19 de julho de 2016, no II Seminário Lugar de Criança é no Orçamento Público, foram reunidos Conselheiros Tutelares (CT) do Rio de Janeiro e outros interessados, e aos responsáveis pelos CTs foi entregue um questionário com opções de ações relevantes às crianças e adolescentes, categorizadas pelas três áreas do OCA, com o intuito de atualizar a pesquisa do OCA feita em 2012¹. Cada um dos CTs ficou responsável por discutir e responder de acordo com a sua realidade percebida, informando as maiores necessidades na Saúde, Educação e Assistência Social da sua região. O

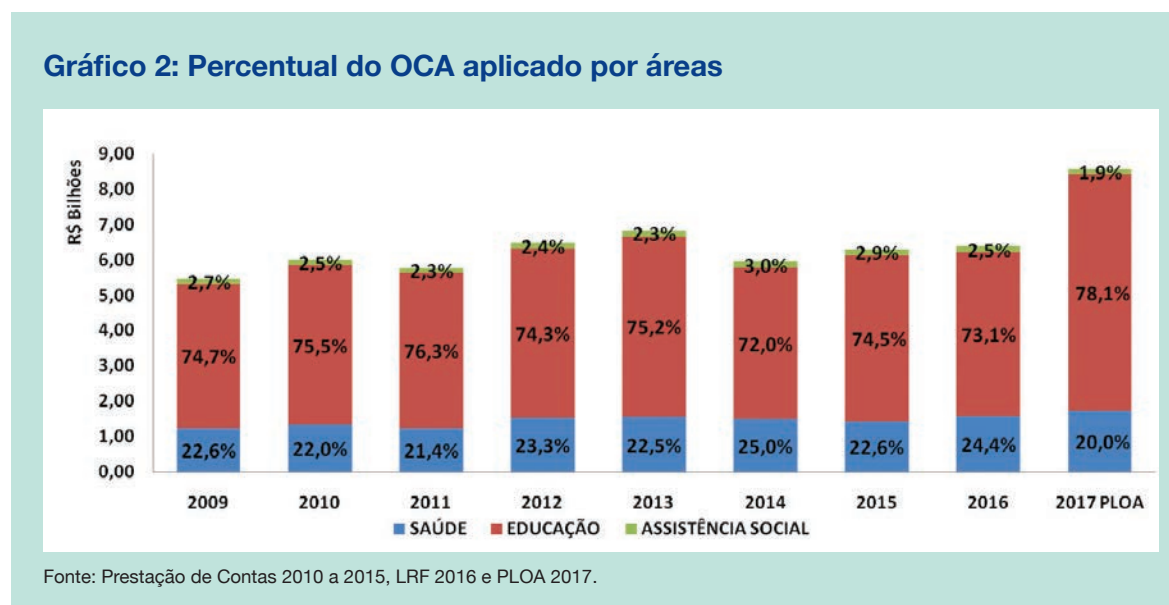
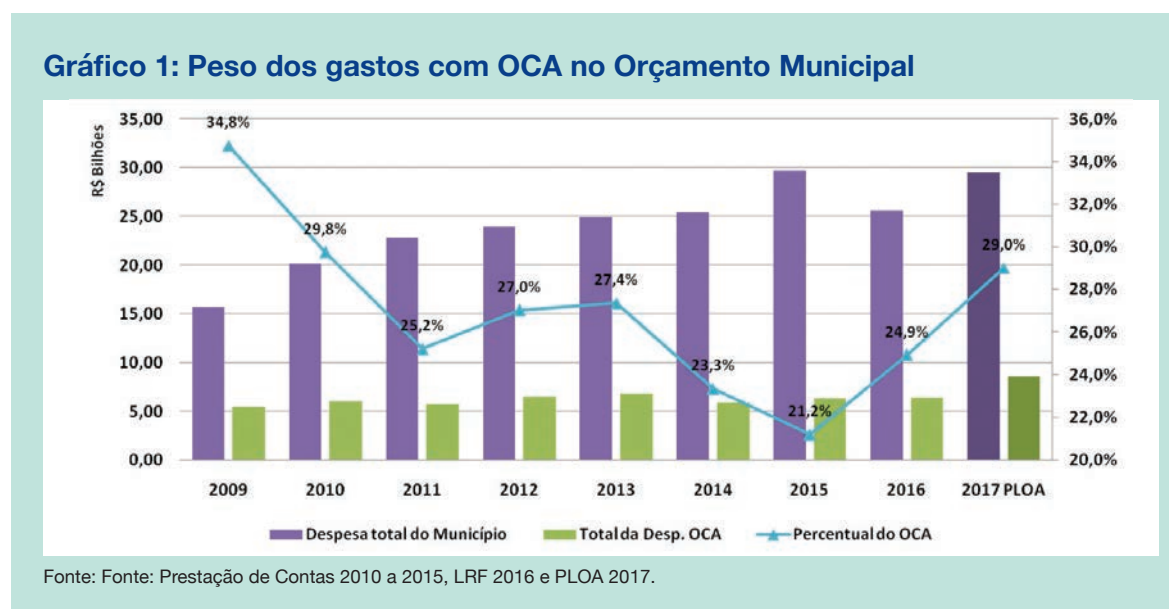
FPO analisou os resultados, destacando as ações com o maior número de votos na pesquisa.

As ações que receberam mais votos em cada área foram:

- Saúde: Ampliação das Clínicas da Família (5 votos).
- Educação: Ampliação de vagas em creches e pré-escolas (EDI) (8 votos) e Melhoria na qualidade do ensino e prevenção do abandono escolar (5 votos).
- Assistência Social: Ampliação do atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, inclusive portadores de deficiência (média complexidade) (9 votos).

A partir das ações escolhidas pelos CTs, identificamos quantos recursos foram previstos e quantos de fato foram executados, entre 2011 e 2015. Avaliamos ainda o cumprimento das metas físicas definidas pela Prefeitura no período (Tabela 1).

Na Saúde foram previstos R\$ 295,5 milhões para ampliação das Clínicas da Família, porém, foram liquidados R\$ 218,2 milhões. Logo, também não foram atingidas as metas físicas, das 70 clínicas projetadas para o período, somente 42 foram construídas. Já na Educação, foram previstos R\$ 713,3 milhões para ampliação de vagas em creches e pré-escolas, através dos Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI). Foram liquidados com esse objetivo R\$ 559,4 milhões, assim, da meta projetada de 232 novas EDIs, se construiu 120. Enquanto na prevenção do abandono escolar foram liquidados R\$ 273,5 milhões, dos R\$ 347,7 milhões previstos. Na Assistência Social, para a ampliação de atendimento de média complexidade foram liquidados R\$ 467 milhões, dos R\$ 484,4 milhões previstos e foram realizados 283.362 atendimentos, acima



dos 257.989 previstos.

No dia 24 de novembro, estes resultados foram apresentados no III Seminário Lugar de Criança é no Orçamento Público no intuito de elaborar uma carta compromisso para o novo prefeito eleito, Marcelo Crivella, em que estariam listadas as principais demandas para crianças e adolescentes da cidade. Esta ação, bem como a elaboração e organização do evento anterior, contou com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca-Rio) e do

Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público da Seguridade Social (GOPSS-Uerj). No entanto, não fomos recebidos para efetivar a entrega da carta.

A carta compromisso

A carta compromisso, além de conter as ações mais urgentes ou necessárias para promoção dos direitos de crianças e adolescentes que moram na cidade, também tem o propósito de garantir a demonstração do OCA nesta nova gestão municí-

pal. Os pressupostos dessa iniciativa têm como fundamento as normativas internacionais e nacionais vigentes. Pode-se citar que:

- Crianças e adolescentes são prioridade absoluta e credoras de proteção integral por parte do Poder Público, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, da Constituição Federal e da Convenção dos Direitos da Criança (ONU);
- A Lei nº 8.069/90 - Estatu-

to da Criança e do Adolescente, em seu art. 136, inciso IX, estabelece que é atribuição do Conselho Tutelar “assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”;

- A Lei Municipal do Rio de Janeiro nº 6.054/2016 decreta e estabelece as fases de elaboração e execução orçamentária, quanto da sua publicação, e considera “Orçamento Criança e Adolescente a soma dos gastos orçamentários exclusivamente destinados às ações e aos programas direcionados para os menores de dezoito anos”;
- 27% da população carioca é composta por crianças e adolescentes, IBGE/2016.

Deste modo, algumas das ações mais urgentes elencadas para o âmbito municipal são:

- 1) Discriminação em todas as peças orçamentárias das ações voltadas para crianças e adolescentes em demonstrativo próprio denominado Orçamento Criança e Adolescente – OCA;
- 2) Fortalecimento da autonomia e a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA Rio) como instância deliberativa e controladora da política municipal para crianças e adolescentes, de acordo com o Art. 88, inciso II do ECA;
- 3) Garantir, conforme preconizado na Lei nº 8.069/90 (ECA) e Resoluções do CONANDA, o funcionamento adequado e autônomo dos Conselhos Tutelares e a ampliação necessária;

- 4) Na Educação e Desporto e Lazer: ampliação da quantidade de creches e pré-escolas no município e, principalmente, do número de vagas, promovendo melhorias nas instalações existentes; criação de um banco de dados estatístico sistematizado da educação, contendo informações sobre o perfil socioeconômico dos educandos, quantificando a evasão escolar e violações de direitos envolvendo crianças e adolescentes; avaliação e o incremento de ações de combate a evasão escolar, fortalecendo o Programa Interdisciplinar de Apoio as Escolas (PROINAPE); oferecimento de atividades extras no contraturno, como aulas de música, esportes, eventos culturais e outros; fortalecimento e autonomia dos grêmios estudantis; transformação de toda a rede pública em educação integral; capacitação continuada de todos os profissionais da rede de ensino sobre temáticas que promovam desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, além de identificação de violações de direitos; promoção da inclusão de alunos com deficiências, através da capacitação para a correta abordagem sobre as suas particularidades; aumento do número de vilas olímpicas.
- 5) Na Saúde, Habitação e Saneamento: Para as Clínicas da família: inclusão de médicos pediatras e hebiatras nas clínicas; implantação de unidades nos bairros que ainda não dispõem do equipamento; aparelhamento adequado das Clínicas da Família; Para os Centros de Atendimento Psicossocial: melhora na qualidade

Tabela1:

Metas físicas entre 2011-2015		
Ações	Previsão	Realizado
Ampliação das Clínicas da Família	70	42
Ampliação de vagas em creches e pré-escolas (EDI)	232	120
Ampliação do atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, inclusive portadores de deficiência (média complexidade)	257.989	283.362

Fonte: Relatório Execução PPA 2011-2015

do atendimento e aumento no número de CAPS-I e do CAPS-AD; reformulação do Sistema de Regulação de Vagas (Sisreg); aumento de vagas para crianças e adolescentes no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAD); inclusão de psicólogos nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e o aumento do número destes.

- 6) Na Assistência Social e Direitos da Cidadania: Capacitação dos profissionais, a fim de aumentar a inclusão de crianças e adolescentes nos Sistema Único de Assistência Social (Suas) e Sistema Único de Saúde (SUS); aumento do número de CREAs e CRAS; ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em toda a cidade, principalmente para portadores de deficiência, garantindo a inclusão, o trabalho preventivo de violação de direitos e estreitamento do acompanhamento familiar à famílias em situação de vulnerabilidade; reestruturação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); ampliação dos atendimentos de média complexidade, principalmente para portadores de deficiência; fortalecimento do

enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil; ampliação do atendimento à criança e adolescente vítima de violência e ameaçados de morte; ampliação do programa Família Acolhedora; ampliação do número de vagas para acolhimento de crianças, adolescentes e, principalmente, familiar; abastecimento e aparelhamento das instituições de acolhimento; além do acolhimento à criança e adolescente usuária de substâncias entorpecentes e psicoativas, promover o auxílio às famílias das mesmas; aumento do número de Conselhos Tutelares; monitoramento e transparência das ações realizadas, de maneira a possibilitar o planejamento, monitoramento e estratégia na área da assistência social.

Desta forma, espera-se que para o próximo governo o Orçamento Criança e Adolescente (OCA) no município seja cumprido e que seus relatórios sejam disponibilizados para ampliar a transparência para todos que atuam na garantia de defesa e direitos das crianças e dos adolescentes.

1 Mais informações acesse JE Nº 277 e Nº 278 - Ano 2012.